

SUSTENTABILIDADE NA FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS PRATICADAS

JONIMAR DA SILVA SOUZA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO

NATÁLIA RESE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SUSTENTABILIDADE NA FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS PRATICADAS

RESUMO

A discussão da sustentabilidade em integrado o debate de vários segmentos da nossa sociedade desde da década de 70. Com isso, temos atualmente uma quantidade significativa de paradigmas que buscam explicar o fenômeno, o que mostra a sua importância. Mas mesmo diante de dezenas de paradigmas, a sustentabilidade ainda encontra resistência nos mais variados segmentos da sociedade. Um segmento importante nesse processo, são os administradores públicos, responsáveis por implementar e executar políticas, entre elas, as ambientais. Assim, entendemos como importante a inserção de sustentabilidade na formação destes profissionais. Por meio de uma análise documental, o objetivo foi analisar os projetos pedagógicos dos cursos de administração pública. Os resultados sugerem que as formações dos administradores públicos estão em um estágio, que reconhece a necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento sustentável econômico, mas não chega a reconhecer crise crescente e mesmo um possível colapso futuro.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Formação; Administração Pública.

INTRODUÇÃO

A relação do homem com o planeta terra tem sido um vasto campo de pesquisa e estudos, principalmente nas últimas quatro décadas quando o discurso da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável entrou na agenda das discussões ambientais, econômicas e políticas (MEBRATU, 1998; VALENTE, 2012), em que se destacam as ações pioneiras da criação do clube de Roma em 1968, a Conferencia de Estocolmo em 1972 e o relatório da Comissão Brundtland (GLADWIN, KENNELLY, KRAUSE, 1995).

O modelo de produção econômica que o homem moderno implementou ao longo de sua história tem sido questionado diante da destruição do ecossistema ambiental. Jones (2011) argumenta que o modelo econômico que nasceu na sociedade industrial do século XVII até os dias atuais não é sustentável ecologicamente. Embora o modelo não seja novo, a crítica aumentou significativamente nas últimas décadas do século XX (VALENTE, 2012)

Consequentemente, as preocupações provocaram um processo de mudança do modelo para um desenvolvimento sustentável, que leve em consideração não mais o homem e sua relação com a natureza, mas todo um ecossistema (IMRAN; ALAM; BEAUMONT, 2014), em que perspectivas mais sustentáveis possam ser de fato implantadas. Por outras palavras: a mudança virá quando os paradigmas cognitivos antropocêntricos forem desafiados por meio de uma profunda transformação cultural de toda a sociedade (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Para isso, é necessário que os gestores públicos tomem as rédeas da situação e implementem políticas que introduzem um novo paradigma ambiental para o planeta terra (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

O primeiro passo é a formação dos gestores públicos com conhecimento crítico sobre sustentabilidade. Contudo, a partir das leituras dos trabalhos de Springett e Kearins (2005), Kearins e Springett (2003), Steketee (2008) e JME (2019) constatamos que a sustentabilidade

dentro do campo da formação de gestores ainda requer contribuições. Apesar do crescente interesse desde os anos 80, temos de escassez de estudos teóricos e práticos que contribui para a consolidação da sustentabilidade como um campo de estudo nos currículos das instituições de ensino superior.

O Brasil, como uma potência ambiental para o planeta por meio de suas diversas biosferas, torna-se um *locus* de análise importante de como os currículos dos cursos de formação de gestores públicos insere o tema da sustentabilidade. Deste modo, diante da importância do fenômeno da sustentabilidade para toda a sociedade e diante das diversas interpretações que o fenômeno suscita no campo acadêmico, questionamos: como o ensino da sustentabilidade está inserida nos cursos de administração pública?

Diferentemente das experiências internacionais que analisaram o currículos da formação para a gestão dos negócios privados (SPRINGETT, 2005), a nossa proposta objetiva analisar como o ensino da sustentabilidade está sendo aplicada nos cursos de formação de gestores públicos. Atualmente, existem no país uma variedade de cursos com a finalidade de formar pessoas para atuar com temas voltados para a organizações públicas: administração pública; gestão pública; gestão de políticas de políticas; gestão social e correlatos (VENDRAMINI; ALMEIDA, 2017). Assim, diante desta breve descrição, e considerando o crescimento do números de cursos de administração pública e também considerando a necessidade de formação de gestores com habilidades e conhecimento para lidar com a sustentabilidade num mundo global e plural (PORTER; CÓRDOBA, 2008), temos por objetivo neste estudo analisar as estratégias adotadas no ensino de sustentabilidade nos cursos de administração pública, sob o paradigma de classificação da sustentabilidade de Hopwood Mellor e O'brien (2005).

A importância da temática tem cada vez mais ganhado espaço nas discussões da sociedade global. Importa destacar que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução 59/237 (UNESCO, 2005) em que proclamou o período de 2005-2014 como a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DNUEDS), em que fomenta aos países a necessidade do ensino da sustentabilidade. Destaca-se também o lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 (UNDP, 2015). Todas estas ações apontam o desenvolvimento sustentável como uma emergência a ser inserida nas agendas políticas de todas as nações (AGBEDAHIN, 2019).

Para tanto, o presente artigo faz uma análise dos currículos dos cursos de administração público ofertados pelas instituições de ensino superior públicas e privadas. A seleção das instituições se deu com base no relatório do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2018. Esta é uma ação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em que visa avaliar o desempenho dos cursos superiores brasileiros. É realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação. (BRASIL, 2004) As notas dos cursos variam de valores de 1 a 5, sendo 5 a nota máxima. Fizemos um recorte e analisamos apenas os cursos que obtiveram notas de 3 a 5, notas que estão acima da média. Cursos com notas entre 1 e 2, são consideradas insatisfatórias e podem no futuro sofrer punições de credenciamento e abertura de novas turmas ou até mesmo “cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos”. (BRASIL, 2004)

Em seguida, procedemos o levantamento dos projetos pedagógicos, instrumento que define as normas, concepções, estrutura curricular e administrativas dos cursos superiores. Neste documento, analisamos a matriz curricular e as ementas analisando como os aspectos da sustentabilidade está inserida nos cursos. Nesta etapa, a classificação proposta por Hopwood Mellor e O'brien (2005) era implementada na análise do documento.

O restante do artigo segue com (2) uma breve discussão a respeito da sustentabilidade, para uma maior compreensão dos conceitos e correntes que orientam o campo; (3) após abordamos a formação de gestores públicos no Brasil; (4) passando para a compreensão do ensino da sustentabilidade na formação de gestores. Na sequência (5) trazemos os resultados e discussões e finalmente (6) as considerações finais.

O IMPERATIVO DA SUSTENTABILIDADE

A preocupação com o desenvolvimento sustentável que leve em consideração aspectos econômicos, sociais e ecológicos tem dominado a agenda nas últimas décadas. Resultado da conscientização humana e das conexões com os problemas ambientais, dos problemas de pobreza e desigualdade econômica que afeta milhões de pessoas e da percepção de mudança ecológica para o futuro do planeta terra.

Sendo mais preciso na identificação de um marco, a partir da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano de 1972 em Estocolmo e de um grupo de cientista que ficaram conhecido como Clube de Roma, é que a questão ambiental e a sustentabilidade do planeta é reconhecido como um problema global (MEBRATU, 1998). Os relatórios produzidos naquele momento apontavam para a necessidade de mudança do processo produtivo do homem, visto que o meio ambiente não suportaria o modelo de desenvolvimento econômico, excedendo a sua capacidade ecológica em alguns anos no futuro.

Contudo, a lógica do modelo econômico de grande parte dos países não reconhecia a importância do tema (JONES, 2011). É somente após o relatório da WCED (conhecido como Comissão Brundtland - *Nosso Futuro Comum*) que o debate é estruturado com a definição do que era desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

O relatório aponta para a necessidade da redução da pobreza, melhoria do ambiente e equilíbrio entre o crescimento econômico e social sustentável. Por isso, segundo Mebratu (1998) ele rapidamente ganhou ampla aceitação de empresas e governos. Uma derivação do conceito, é o surgimento do tripé da sustentabilidade (*triple bottom line*): economia, social e ambiental (GIMENEZ; SIERRA; RODON, 2012). Nestas dimensões, todas as atividades tem que ser economicamente viável, socialmente justas e ambientalmente saldáveis.

Por outro lado, muitas críticas foram colocadas na definição de desenvolvimento sustentável do relatório Brundtland. A sua visão antropocêntrica, ou seja, em torno das necessidades do homem é destacada por alguns (IMRAN; ALAM; BEAUMONT, 2014), o que pode ser um dos fatores da ainda frágil preocupação ambiental da nossa sociedade. Hopwood, Mellor e O'brien (2005) destacam que, como o relatório deixa margem para discussão, e também considerando a interdisciplinaridade do tema, muitas definições e conceitos foram criadas a partir de então. O que por um lado é positivo no sentido de levantar a discussão, por

outro fragiliza o campo que está em formação, não sendo possível fortalecer uma teoria que busca responder a maioria dos questionamentos.

Há também os investigadores mais radicais na busca de uma solução para o problema ambiental (JONES, 2011). Segundo estes, não pode surgir uma solução dentro da lógica do capitalismo. Por mais que boas propostas ecológicas sejam implementadas, estas estão arraigadas de viés capitalista como: crescimento e consumo. Só com uma estrutura econômica socialista, é podemos promover tecnologias e políticas que leve em consideração os problemas ecológicos.

É dentro deste panorama que o tema está sendo discutido nas últimas duas décadas. Salas-Zapata e Ortiz-Muñoz (2019) argumentam que esta fragmentação do fenômeno dificulta a robustez de um paradigma de sustentabilidade que seja amplamente aceito. A variação é tanta que Mebratu (1998) identificou mais de 80 definições e interpretações. A imprecisão nas definições dos termos dificulta a prática da sustentabilidade assim como o estudo, visto que torna difícil definir categorias que posso compreender um determinado sistema (SALAS-ZAPATA; ORTIZ-MUÑOZ, 2019)

Inúmeros esforços vêm sendo empregado para capturar. Seria uma tarefa exaustiva buscar cobrir todas as definições, mas alguns exemplos merecem ser destacados pela sua contribuição teórica caracterizado por mostrar que o planeta enfrenta problemas ambientais. Mebratu (1998) propõe analisar a sustentabilidade por três categorias: versão institucional – sustentabilidade analisada pelo formalismo das instituições e se baseia na satisfação das necessidades e reconhece que o crescimento econômico e a proteção ambiental são indissociáveis; versão ideológica – a sustentabilidade analisada a partir da perspectiva de uma ideologia (eco-feminismo; eco-socialismo e eco-teologia); e versão acadêmica – sustentabilidade analisada a partir das diversas correntes teóricas (econômica; ecológica e sociológica).

Gladwin, Kennelly e Krause (1995) introduziram o sustaincentrismo como elemento de compreender a relação do homem com o ambiente ecológico a partir de restrições decorrentes desta relação e de valores de preservação. Com isso, eles propõem não mais o dualismo do antropocentrismo e do ecocentrismo, que é rejeitado por valores morais ambientais e sociais. Também nesta linha, Imran Alam e Beaumont (2014) propõem uma perspectiva mais holística de desenvolvimento sustentável. Para eles, desenvolvimento sustentável precisa urgentemente sair da perspectiva antropocêntrica para chegar a uma teoria ecocêntrica. Por outras palavras: uma mudança de paradigma da valoração apenas dos humanos para um sistema de valores morais entre espécies. Landrum (2017) propõe analisar a sustentabilidade da entendimentos de sustentabilidade em nível micro e macro dentro de um *continuum* que varia entre sustentabilidade muito fraca a uma sustentabilidade muito forte.

Outra importante contribuições vem do mapeamento das diferentes abordagens feito por Hopwood Mellor e O'brien (2005). Na pesquisa, os autores apresentam uma classificação de diferentes tendências de pensamento sobre o desenvolvimento sustentável em três pontos de vistas que compreendem a relação da natureza das mudanças necessárias das estruturas políticas e econômicas da sociedade e nas relações homem-ambiente para alcançar um desenvolvimento sustentável: *status quo* – manutenção das estruturas atuais; *reforma* – incremento da mudança mas sem a ruptura total das estruturas atuais; e *transformação* – necessidade de uma ruptura total com as estruturas atuais.

A discussão aqui posta não tem o papel de resumir os diferentes paradigmas do entendimento do desenvolvimento sustentável e/ou sustentabilidade. Mesmo porque seria um esforço sobre-humano. Mas reconhecemos que utilizamos o vocabulário ‘sustentabilidade’ de forma indiscriminada no nosso dia-a-dia em diferentes situações e ações (GONÇALVES-DIAS; HERRERA; CRUZ, 2013). Isto é positivo e suscita que a sociedade tem dado maior importância a esta temática do que há algum tempo. Contudo, como vimos, o mesmo ainda carece de maior esclarecimento. Uma destas perspectivas, no nosso entender, é saber como as instituições de ensino vem adotando os diferentes paradigmas no currículo dos cursos.

Por isso a necessidade de identificar, mesmo que de forma resumida, os diferentes tipos de tensões que envolve a sustentabilidade. É dentro deste panorama que acreditamos na importância de se analisar como o ensino da sustentabilidade vem sendo inserida nos currículos dos cursos de formação de gestores públicos.

Por fim, mas não menos importante. Inserimos nossa definição de sustentabilidade a partir das abstrações da revisão da literatura aqui inserida, que é: sustentabilidade leva em consideração que os recursos não são infinitos e que o equilíbrio entre o desenvolvimento deve ser atrelado a utilização equilibrada dos recursos naturais com vista ao presente e ao futuro.

FORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

Primeiramente, consideramos que a formação e capacitação tem papel preponderante dentro desta discussão. Especialmente em administração pública, campo multidisciplinar, aglutinador e promotor de políticas que visa o bem estar social, econômico e ambiental para todas as espécies.

No Brasil, a formação na área de Gestão Pública teve seus primeiros registros com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) em 1936, sem ser contudo formação de nível de graduação (SOUZA; SOUZA; JUNIOR, 2019). Em nível de graduação, o pioneirismo é da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP-FGV) por meio de uma parceria entre a Fundação Getúlio Vargas e a Organização das Nações Unidas criou o curso de administração pública em 1952 no Estado do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, com o objetivo de planejar o desenvolvimento do país. (ABRUCIO, 2017)

Apesar de aparente, o campo de formação na área de administração pública não desenvolveu rapidamente em todo o território nacional. Um segundo curso foi lançado dezessete anos depois em 1969, também pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) agora em parceria com o Estado de São Paulo, com o objetivo de capacitação dos gestores públicos do Estado. (ABRUCIO, 2017) Até o início dos anos 2000, havia no Brasil apenas três cursos de graduação em administração Pública: FGV/SP; Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG-FJP/MG) (PIRES et al., 2014)

Eram cursos orientados pelo currículo importando de administração de empresas e alguns casos seus diplomas expressava “bacharéis em Administração, com a simples ressalva da habilitação em Administração Pública nos versos dos diplomas” (PIRES et al., 2014, p.18). Visto como uma sub-área da administração geral, levou a questionamentos de professores e acadêmicos do campo.

A luta por uma identidade própria, a conjuntura política, econômica e administrativa com revalorização dos espaços públicos, possibilitaram a expansão de cursos de administração pública a partir dos anos 2000. Em 2009 é lançado o Programa Nacional de Formação em

Administração Pública (PNAP) com a oferta de bacharelado em Administração Pública e especializações para a área pública. E mais recentemente foi instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública (CES, 2014) que consolida como um campo de formação multidisciplinar.

O ENSINO DA SUSTENTABILIDADE PARA OS GESTORES PÚBLICOS

A formação para a sustentabilidade é processo de aquisição de conhecimento e habilidades, formação de valores e atitudes dos estudantes do campo de gestão pública em favor do meio ambiente em toda a suas dimensões. Mais do que formação de competência técnicas, estimular cidadão engajados com a causa da sustentabilidade ambiental, econômica e social (MICHEL, 2020)

Promover sustentabilidade no currículo é fundamental no fornecimento de habilidades e conhecimentos que ajuda a sociedade desenvolver sustentavelmente (LOZANO; BARREIRO-GEN, 2019) e a administração pública servidores com competências e práticas sustentáveis. É dentro desta perspectiva que a UNESCO (2005) lançou a década para a educação da sustentabilidade, indicando que educação é crucial para o desenvolvimento sustentável. O Brasil foi ainda mais vanguardista. Em 1999 lançou a lei nº 9.795 que estabelece a educação ambiental no currículo das instituições de ensino. (BRASIL, 1999)

O processo de formação em sustentabilidade visa desenvolver no estudante de administração pública ações e condutas sustentáveis que estejam alinhadas com as necessidades social, econômica, ambiental e ecológica. Estimular os futuros gestores a serem engajados com a causa da sustentabilidade por meio da sua formação, possibilitando que no futuro, uma parcela significativa dos burocratas da administração pública sejam cidadãos compromissados com a causa ambiental. (MICHEL, 2020) Formação que capacite para que os indivíduos pensem em políticas dinâmicas que contribuem para o enfrentamento dos problemas climáticos, ambientais e ajam de forma democrática e colaborativa com toda a sociedade.

Agbedahin (2019) descreve a emergência e a importância da educação para o desenvolvimento sustentável. Formação que aborde em todas as suas formas, dimensões e paradigmas, as questões de “mudança climática, segurança alimentar, redução e gestão de risco de desastres, biodiversidade, redução da pobreza, produção e consumo sustentáveis, degradação da terra, qualidade da água, saúde, extinção de espécies vegetais e animais, gestão de resíduos e eficiência de recursos”. (672)

O ensino da sustentabilidade nos cursos de formação de gestores é cada vez mais imperativo. E as experiências nos cursos de gestão já vem sendo estudadas por pesquisadores como Walck (2009), embora a maior parte da literatura existe foca em práticas de formação a gestão de negócios (BAUMGARTNER, WINTER, 2014; DOH, TASHMAN, 2014; SHARMA, 2013). As organizações cada vez mais enfrentam problemas complexos que envolve a sustentabilidade. Isso sugere a demanda de formação em temas que envolve a sustentabilidade (PETRUN SAYERS et al., 2019)

Junyent e De Ciurana (2008) colocam que a formação universitária com conhecimentos de práticas de sustentabilidade é um fator decisivo para a promoção de uma cultura ambientalmente correta. Justifica-se também pela falta de profissionais com capacitação para enfrentar os desafios da sustentabilidade.

Assim, compreendemos a sala de aula do ensino como um importante processo de fomentar nos futuros administradores públicos o envolvimento com a prática do

desenvolvimento sustentável que leve a uma mudança de paradigma e que de fato, promova o bem estar social, econômico e ambiental para todas as espécies que habitam o planeta terra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vimos até aqui, que o imperativo da sustentabilidade é uma emergência global que se faz necessária. Vários organismos internacionais, instituições públicas e pesquisadores tem implementado esforços de possibilitar que o ensino de sustentabilidade seja uma realidade para que os futuros profissionais estejam sensíveis com os problemas, principalmente os sociais e os ambientais, que mais tem impactado problemas para um desenvolvimento sustentável justo.

Passamos agora a analisar os projetos pedagógicos dos cursos de administração pública ofertado pelas instituições de ensino superior sediadas no Brasil, em que buscamos analisar o ensino de sustentabilidade nos gestores públicos. Assim, considerando a formação com a titulação de bacharel em Administração Pública, no Enade 2018, identificamos 58 instituições de ensino superior, sendo 27 obtiveram notas superiores a 3. (Quadro 1) Mesmo não fazendo parte do objeto do presente estudo, o recorte demonstra que mais da metade dos cursos avaliados no exame obtiveram notas 1 ou 2, conceitos que apontam para uma fragilidade da formação dos profissionais da administração pública. Carece de estudos mais aprofundados para investigar o fenômeno do baixo resultado no exame.

Quadro 1: Relação das Instituições de Ensino Superior com conceitos de 3 a 5 no ENADE

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	SIGLA	TIPO	MODALIDADE	N*
Escola Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho	EG-FJP	Público - Estadual	Presencial	5
Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	Público - Federal	Presencial	5
Universidade Federal Fluminense	UFF	Público - Federal	Presencial	5
Escola de Administração de Empresas de São Paulo	FGV-EAESP	Privada	Presencial	5
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Público - Federal	Presencial	4
Universidade Est. do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	Público - Estadual	Presencial	4
Universidade de Brasília	UNB	Público - Federal	Presencial	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Público - Federal	Presencial	4
Fundação Univ. do Estado de Santa Catarina	UDESC	Público - Estadual	Presencial	4
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Público - Federal	E@D	4
Universidade Federal de Lavras	UFLA	Público - Federal	Presencial	4
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Público - Estadual	Presencial	4
Universidade Federal do Cariri	UFCA	Público - Federal	Presencial	4
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL-MG	Público - Federal	Presencial	4
Univ. Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Público - Federal	Presencial	3
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Público - Federal	E@D	3
Universidade Federal Fluminense	UFF	Público - Federal	E@D	3
Univ. Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Público - Estadual	Presencial	3
Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Público - Federal	Presencial	3
Universidade Federal de Sergipe	UFS	Público - Federal	E@D	3
Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	Público - Federal	E@D	3
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Público - Federal	Presencial	3
Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Público - Federal	Presencial	3

Universidade Federal do Ceará	UFC	Público – Federal	E@D	3
Univ. Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Público – Federal	E@D	3

Fonte: Adaptado de Enade - Relatório Síntese Administração Pública (2018)

* Classificação seguindo a nota do ENADE 2018.

A guisa de comparação, o quadro 2 faz a comparação dos cursos do campo, com a variação das notas por faixa de conceito. Importante destacar que os cursos de bacharelados são cursos com uma matriz curricular de 8 semestres. Ainda, dos cursos que obtiveram notas acima de 3, apenas uma instituição não é pública e considerando a modalidade de oferta de ensino 25,9% são ofertadas no ensino a distância, uma implicação direta do PNAP.

Quadro 3: Cursos por Faixa do Conceito Enade 2018

FORMAÇÃO	1	2	3	4	5
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Bacharelado)	15,5%	37,9%	20,7%	19,0%	6,9%

Fonte: Adaptado de Enade - Relatório Síntese Administração Pública (2018)

Considerando a importância deste instrumento avaliativo (ENADE) que de certa forma impacta no ensino das instituições superiores do Brasil, o tema da sustentabilidade não é considerado no processo avaliativo dos cursos bacharelados. Esse aspecto fragiliza a importância que a temática requer, mas que não é levado em consideração pelas políticas avaliativas do Estado Brasileiro. (ENADE,2018)

No Quadro 3, apresentamos nossa análise dos projetos pedagógicos a luz do tripé de abordagens de Hopwood Mellor e O'brien (2005): *status quo*, *reforma* e *transformação*. Uma formação enquadrada na categoria do *status quo* se caracteriza por um ensino que não aborda o conteúdo da sustentabilidade e/ou quando aborda, traz apenas como um processo descritivo de informação. Já na categoria de *reforma* o conteúdo é mencionado, mas não promove um ensino reflexivo de ruptura total das estruturas atuais. E, finalmente a categoria *transformação* é a identificação de um projeto pedagógico que reflete os principais problemas da sustentabilidade e incorpora na formação as diferentes correntes que levam a uma ruptura das estruturas atuais.

Quadro 3: Classificação dos cursos no paradigma de Hopwood Mellor e O'brien (2005)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	DICIPLINA	PERSPECTIVA TEÓRICA	RELAÇÕES ENTRE A DISCIPLINA E A PERSPECTIVA TEÓRICA
Escola Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho (Fundação João Pinheiro)	Políticas públicas para a sustentabilidade	<i>status quo</i>	Ementa propõe a formação técnica, do papel dos órgãos do Estado, Setor Privado e Terceiro Setor na política sócio-ambiental. Termos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são mencionados.
Fundação Universidade Federal do ABC	Desenvolvimento e Sustentabilidade Economia solidária, associativismo e cooperativismo (optativa)	<i>transformação</i>	Formalizado por meio de duas disciplinas, em que aspectos de “desenvolvimento sustentável e as críticas aos modelos de desenvolvimento capitalista nas sociedades modernas” e “desenvolvimento sustentável, questões ambientais e sociais; concepções de economia solidária e economia social” são aspectos inseridos na formação do administrador público.
Escola de Administração de Empresas de São Paulo	Desenvolvimento Sustentável	<i>transformação</i>	Propõe discussões que o estudante de gestão pública a refletir: como continuar crescendo sem comprometer a vida no planeta? De que forma as inovações, tanto de modelos de gestão, como de processos e

			produtos podem contribuir para amenizar os problemas ambientais e como incentivá-las? Como promover o desenvolvimento de economias locais?
Universidade Federal de Minas Gerais	Administração e Meio Ambiente	<i>reforma</i>	Formação que propicie conhecimento sobre ecologia; problemas ambientais negativos e desenvolvimento sustentável.
Universidade Est. do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Não tem disciplina com temática de sustentabilidade no currículo		
Universidade de Brasília	Gestão de Responsabilidade Sócio-Ambiental (optativa)	<i>status quo</i>	A formação em “gestão ambiental empresarial e o enfoque estratégico”. Ainda “responsabilidade social e responsabilidade ambiental” são alguns elementos que caracteriza uma formação transformativa da temática em análise. Porém estes elementos fazem parte de uma disciplina optativa do currículo.
Fundação Univ. do Estado de Santa Catarina	Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	<i>status quo</i>	Foco da disciplina está no desenvolvimento territorial. Não fomenta a discussão da sustentabilidade aqui pensada.
Universidade Federal de Santa Catarina	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	<i>reforma</i>	Propõe uma formação técnica e burocrática. Elementos de conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável e desenvolvimento regional sustentável aparecem e caracteriza uma formação reformativa
Universidade Federal de Lavras	Desenvolvimento Sustentável Estratégias de Negócios Sustentáveis Políticas Públicas e Desenvolvimento	<i>transformação</i>	Propõe uma formação emancipatória do administrador público por meio de três disciplinas. Trajetórias dos debates em desenvolvimento sustentável, dos movimentos ambientalistas, conservacionistas, preservacionistas está inserido na formação. Assim como discussão em iniciativas em sustentabilidade e de novas perspectivas desenvolvimentistas, caracteriza uma educação transformadora.
Universidade Estadual de Campinas	Gestão Sustentável	<i>status quo</i>	Formação com viés tecnicista e de definição conceitual. Os temas de “Gestão Sustentável e Desenvolvimento Sustentável” é inserido na formação do gestor público. Formação que caracteriza como continuação do estado atual.
Universidade Federal do Cariri	Desenvolvimento e Sustentabilidade Gestão ambiental e organizações	<i>transformação</i>	Propõe uma formação emancipatória do administrador público por meio de duas disciplinas. “Desenvolvimento versus Crescimento. Sustentabilidade e suas dimensões. Ecodesenvolvimento e sustentabilidade socioambiental. Desequilíbrios ecossistêmicos urbanos e rurais”. Tais características nos leva a classificar o ensino como transformador.
Universidade Federal de Alfenas	Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	<i>reforma</i>	A formação leva em consideração aspectos conceituais e dilemas sobre desenvolvimento e crescimento econômico. Relações entre a sociedade e a natureza. Movimentos ambientalistas e a

	Tópicos Especiais em Administração Pública Gestão Ambiental		pressão pela preservação ambiental. As perspectivas apresentadas nas três disciplinas do curso colocam numa perspectiva de reforma.
Univ. Federal do Rio Grande do Norte	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	<i>status quo</i>	A proposta de ensino leva em consideração uma formação técnica, sem refletir sobre o processo da sustentabilidade e toda as suas dimensões. Caracteriza como uma manutenção da estrutura atual.
Universidade Federal da Paraíba	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	<i>status quo</i>	Formação técnica e legalista. Caracteriza em nosso prospecto como manutenção da estrutura atual.
Universidade Federal Fluminense	Sociedade e meio ambiente	<i>status quo</i>	Formação que privilegia a compreensão de termos, que segundo a ementa não promove uma reflexão crítica do futuro gestor público. Caracteriza a manutenção da estrutura atual.
Univ. Paulista Júlio de Mesquita Filho	Não tem disciplina com temática de sustentabilidade no currículo		
Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro	Gestão Ambiental Desenvolvimento e Sustentabilidade Planejamento ambiental	<i>reforma</i>	São ofertadas três disciplinas com temas relacionados a sustentabilidade. A gestão da responsabilidade corporativa enfatiza a estratégia de negócios sustentáveis. Modelos de desenvolvimento econômico. A sustentabilidade resulta de uma relação harmoniosa entre os sistemas econômicos humanos, mais dinâmicos, e sistemas ecológicos maiores, mas com mudanças mais lentas. A formação é assim classificada na etapa intermediária.
Universidade Federal de Sergipe	Não tem disciplina com temática de sustentabilidade no currículo		
Universidade Federal de São João Del Rei	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	<i>status quo</i>	Formação de caráter tecnicista que não promove a reflexão dos problemas envolvendo a sustentabilidade. Classifica-se como manutenção da estrutura atual.
Universidade Federal de Alagoas	Sociedade e desenvolvimento Gestão ambiental e sustentabilidade	<i>transformação</i>	Ensino da sustentabilidade inserido no currículo da formação do gestor público por meio de duas disciplinas. Em uma disciplina, o caráter é tecnicista e na segunda com uma metodologia que leve a reflexão “da consciência ambiental”. Compreende o meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos: as questões ambientais globais e acordos internacionais. Promove uma formação rupturas do modelo atual.
Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro	Sustentabilidade na Administração Pública Planejamento e desenvolvimento econômico regional Política e economia dos recursos naturais e conflito agroambiental (optativa)	<i>transformação</i>	A formação da sustentabilidade do gestor público está formalizado por meio de três disciplinas. Diferentes visões de desenvolvimento sustentável, economia verde, responsabilidade ambiental e social, bem como análise de consequências sócio-ecológicas dos processos de modernização agrícola e o papel das ONGs e comunidades tradicionais. Formação emancipatória para os futuros gestores transformar as políticas públicas.

Universidade Federal do Ceará	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	<i>status quo</i>	A proposta de ensino leva em consideração uma formação técnica, sem refletir sobre o processo da sustentabilidade e toda as suas dimensões. Caracteriza como uma manutenção da estrutura atual.
Univ. Federal do Rio Grande do Norte	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	<i>reforma</i>	Formação que compreende meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos. Não aprofunda para ser inserido em uma perspectiva transformadora.

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

A formação dos administradores públicos está inserido em uma proposta tecnicista dos currículos, com características informativa e de caráter legalistas. Um elemento influente deste processo é o Programa Nacional de Formação em Administração Pública que na sua estrutura propõe uma formação mais técnica e que tem influenciado o campo da formação em administração pública por meio dos seus livros.

Os dados mostram que o ensino da sustentabilidade que possibilite uma transformação necessária que o fenômeno exige está presente em apenas 6 dos 27 cursos analisados. Apensar de ser um avanço importante, a baixa aderência fragiliza os quadros de especialista que estão atuando na formulação e implementação das políticas públicas.

Outro elemento que pode influenciar da expansão da formação, é que as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública (CES, 2014) não coloca nem sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável como uma competência. Não identificamos atribuições às resoluções internacionais (UNESCO, 2005) que orienta o ensino de sustentabilidade.

Enfim, embora um caminho longo para a plenitude de uma formação em sustentabilidade ainda persiste, destacamos alguns elementos para abordar a lacuna da análise da formação dos gestores públicos. Primeiro, é o reconhecimento da questão da sustentabilidade. Como um campo multidisciplinar, o seu valor está inter-relacionado por uma imposição normativa (Lei Federal nº. 9.795/1999). Segundo, a compreensão mais refinada dos problemas ambientais aproxima cada vez mais pessoas interessadas em buscar uma solução e a compreender a sustentabilidade. Essas percepções oferecem evidências valiosas sobre estratégias que são fomentadas para lidar com as tensões em torno da sustentabilidade.

Similar ao estudo de (KANASHIRO; RANDS; STARIK, 2020) acreditamos que a formação dos gestores de políticas públicas pode possibilitar maiores vantagens para a sustentabilidade, visto serem estes os formuladores das políticas públicas que irão impactar todos o ecossistema ambiental, seja econômico, social ou econômico.

Alguns bons exemplos merecem ser destacados. É o caso da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FVG-SP), única instituição privada com bacharelado em administração pública, tem uma formação que orienta para formação de administradores comprometidos com o desenvolvimento sustentável, atento aos desafios do desemprego, da desigualdade social, assim como os ecológicos. Universidade Federal de Lavras tem por objetivos institucionais formação de pesquisadores que olham para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um elemento que incorpora as divergentes abordagens de pensamento.

Quando analisadas de forma global a luz do paradigma de Hopwood Mellor e O'brien (2005) o ensino de sustentabilidade dos administradores públicos podem ser classificados com as características da *reforma*. Reconhece “que existem problemas crescentes, sendo críticos em relação às políticas atuais da maioria das empresas e governos e tendências dentro da sociedade, mas não consideram que seja provável um colapso dos sistemas ecológicos ou sociais ou que seja necessária uma mudança fundamental”. (p.43)

Por outras palavras, os cursos estão em um processo intermediário entre a manutenção do modelo capitalista industrial de desenvolvimento econômico e a ruptura total para um modelo com preocupação ecológica das necessidades do ambiente e da natureza. A partir do quadro 3, é possível identificar em que espectro está inserida cada uma das instituições de ensino analisadas.

Ao longo do debate, descrevemos que o problema ambiental é urgente (JONES, 2011; UNDP, 2015) e que uma infinidade de pesquisas sobre o problema vem sendo formulado por pesquisadores nas últimas décadas (GLADWIN, KENNELLY, KRAUSE, 1995; MEBRATU, 1998; KETOLA, 2009; (HAHN et al., 2018)LOZANO; BARREIRO-GEN, 2019) com diferentes correntes da literatura (LANDRUM, 2017). Entendemos que o debate contínuo levará a desenvolver uma sustentabilidade melhor, integrada por meio da formação crítica e emancipadora.

Reconhecemos que o ensino avançou nos últimos anos (WALCK, 2009). Mas ainda persistem problemas do século passado. Mudanças em direção a uma sociedade mais sustentável vai além do currículo de formação. “Exigem das instituições compromissos mais profundos para se transformarem em comunidades-aprendizes que trabalham em prol da sustentabilidade.” (GONÇALVES-DIAS HERRERA e CRUZ, 2013, p. 147).

Este estudo contribui na medida que inter-relaciona os aspectos descritivos e instrumentais da formação de administradores públicos com o paradigma do desenvolvimento sustentável. Revela que existem avanços que contribuem para uma formação que promove uma reflexão crítica dos paradigmas de sustentabilidade, mas também revela que o caminho ainda é longo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivo aqui era de analisar os projetos pedagógicos de formação em administração pública das instituições de ensino superior e a analisar como o ensino da sustentabilidade está sendo implementado. Destacamos avanços na formação, mas muito ainda precisa ser mudado para uma transformação do ensino em práticas efetivamente sustentáveis.

As descobertas desta pesquisa foram possíveis pelo paradigma de compreensão do desenvolvimento sustentável de Hopwood Mellor e O’Brien (2005), que possibilitou colocar em um quadro o ensino da sustentabilidade na formação da administração pública em estágios de *status quo*, *reforma* e *transformação*. Esta classificação de forma clara em que estágio cada curso está inserido, possibilitando entender que mudanças precisam ser inseridas no currículo para avançar nos estágios da sustentabilidade mais ecológica.

Esta implicação é também um instrumento que oferece um panorama individualizado de cada instituição de ensino e possibilita que os gestores da educação possam implementar políticas e programas que fomentam uma maior inserção de sustentabilidade no ensino de acordo com a necessidade de cada instituição.

Contribui também na medida que amplia nosso entendimento de como os futuros gestores estão sendo capacitados no contexto das tensões que envolve o campo multidisciplinar da sustentabilidade. Nossos resultados ampliaram o escopo da literatura anterior, que se concentrou principalmente em formação de gestores para as organizações privadas, investigando a formação de profissionais que serão os futuros gestores e formuladores das políticas públicas. No geral, acreditamos que este trabalho possa provocar maiores reflexões dos envolvidos nos cursos de formação quanto aos aspectos da sustentabilidade.

É importante informar limitações do estudo. O objeto de análise do ensino de sustentabilidade foi o projeto pedagógico dos cursos, mas alguns cursos podem capacitar os

administradores públicos por meio de projetos de ensino ou projetos de extensão universitária, que não foi objeto desta pesquisa. Assim, cabe estudos mais aprofundado.

A medida que o conhecimento avança, novas práticas de sustentabilidade também avança. Por exemplo: os governos tem um grande desafio que é colocar em prática os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030 e as empresas tem buscado responder a crescente preocupação dos desafios socioambientais (BAUMGARTNER; WINTER, 2014). Cabe aos pesquisadores aprofundar nesta discussão para uma maior compreensão do fenômeno da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Trajetória, inovações e perspectivas: o curso de Administração Pública da FGV-SP. In: VENDRAMINI, P.; ALMEIDA, L. DE S. B. (Eds.). **Pioneirismo, Renovação e Desafios: experiência do Campo de Públicas no Brasil**. Florianópolis-SC: Usdec, 2017. p. 85–104.
- AGBEDAHIN, A. V. Sustainable development, Education for Sustainable Development, and the 2030 Agenda for Sustainable Development: Emergence, efficacy, eminence, and future. **Sustainable Development**, v. 27, n. 4, p. 669–680, 1 jul. 2019.
- BAUMGARTNER, R. J.; WINTER, T. The Sustainability Manager: A Tool for Education and Training on Sustainability Management. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 21, n. 3, p. 167–174, 1 maio 2014.
- BRASIL. **Lei n. 9795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências. Diário Oficial Uniao, 2004
- BRUNDTLAND, G. H. Our Common Future—Call for Action. **Environmental Conservation**, v. 14, n. 4, p. 291–294, 12 set. 1987.
- CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CES). **Resolução n. 1**, de 13 de Janeiro de 2014. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais em Administração pública. Brasília, DF: MEC, CNE, 2014.
- DOH, J. P.; TASHMAN, P. Half a World Away: The Integration and Assimilation of Corporate Social Responsibility, Sustainability, and Sustainable Development in Business School Curricula. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 21, n. 3, p. 131–142, 2014.
- GIMENEZ, C.; SIERRA, V.; RODON, J. Sustainable operations: Their impact on the triple bottom line. **International Journal of Production Economics**, v. 140, n. 1, p. 149–159, 2012.
- GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T.-S. Shifting Paradigms for Sustainable Development: Implications for Management Theory and Research. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 874–907, 1995.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; HERRERA, C. B.; CRUZ, M. T. DE S. **Desafios (e dilemas) para inserir “Sustentabilidade” nos currículos de administração: um estudo de casoRAM**. **Revista de Administração Mackenziescielo**, , 2013.
- HAHN, T. et al. A Paradox Perspective on Corporate Sustainability: Descriptive, Instrumental, and Normative Aspects. **Journal of Business Ethics**, v. 148, n. 2, p. 235–248, 2018.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O’BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38–52, 1 fev. 2005.
- IMRAN, S.; ALAM, K.; BEAUMONT, N. Reinterpreting the Definition of Sustainable

Development for a More Ecocentric Reorientation. **Sustainable Development**, v. 22, n. 2, p. 134–144, 1 mar. 2014.

JME. Journal of Management Education Special Issue: “Sustainability in Management Education: Advances and Future Directions”. **Journal of Management Education**, v. 43, n. 2, p. 212–216, 14 fev. 2019.

JONES, A. W. Solving the Ecological Problems of Capitalism: Capitalist and Socialist Possibilities. **Organization & Environment**, v. 24, n. 1, p. 54–73, 1 mar. 2011.

JUNYENT, M.; DE CIURANA, A. M. G. Education for sustainability in university studies: a model for reorienting the curriculum. **British Educational Research Journal**, v. 34, n. 6, p. 763–782, 1 dez. 2008.

KANASHIRO, P.; RANDS, G.; STARIK, M. Walking the Sustainability Talk: If Not Us, Who? If Not Now, When? **Journal of Management Education**, p. 1–30, 29 jun. 2020.

KEARINS, K.; SPRINGETT, D. Educating For Sustainability: Developing Critical Skills. **Journal of Management Education**, v. 27, n. 2, p. 188–204, 1 abr. 2003.

KETOLA, T. Pre-Morphean paradigm – an alternative to modern and post-modern paradigms of corporate sustainability. **Sustainable Development**, v. 17, n. 2, p. 114–126, 1 jan. 2009.

LANDRUM, N. E. Stages of Corporate Sustainability: Integrating the Strong Sustainability Worldview. **Organization & Environment**, v. 31, n. 4, p. 287–313, 6 jul. 2017.

LOZANO, R.; BARREIRO-GEN, M. Analysing the factors affecting the incorporation of sustainable development into European Higher Education Institutions’ curricula. **Sustainable Development**, v. 27, n. 5, p. 965–975, 1 set. 2019.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, n. 6, p. 493–520, 1998.

MICHEL, J. O. Toward Conceptualizing Education for Sustainability in Higher Education. **New Directions for Teaching and Learning**, v. 2020, n. 161, p. 23–33, 1 mar. 2020.

PETRUN SAYERS, E. L. et al. Advancing STEM-Based Business Sustainability: Mending the Curricular Gap. **Management Teaching Review**, v. 5, n. 1, p. 82–93, 11 jun. 2019.

PIRES, V. et al. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3 SE-Artigos, p. 110–126, 7 jul. 2014.

PORTER, T.; CÓRDOBA, J. Three Views of Systems Theories and their Implications for Sustainability Education. **Journal of Management Education**, v. 33, n. 3, p. 323–347, 3 dez. 2008.

SALAS-ZAPATA, W. A.; ORTIZ-MUÑOZ, S. M. Analysis of meanings of the concept of sustainability. **Sustainable Development**, v. 27, n. 1, p. 153–161, 1 jan. 2019.

SHARMA, S. Pathways of Influence for Sustainability in Business Schools: A Dean’s Eye View. **Organization & Environment**, v. 26, n. 2, p. 230–236, 3 maio 2013.

SOUZA, J. DA S.; SOUZA, L. D. P. DE; JUNIOR, A. P. **Gestão pública em pauta**. Curitiba - PR, BR: [s.n.].

SPRINGETT, D. ‘Education for sustainability’ in the business studies curriculum: a call for a critical agenda. **Business Strategy and the Environment**, v. 14, n. 3, p. 146–159, 1 maio 2005.

SPRINGETT, D.; KEARINS, K. Educating for sustainability: an imperative for action. **Business Strategy and the Environment**, v. 14, n. 3, p. 143–145, 1 maio 2005.

STEKETEE, D. A Million Decisions: Life on the (Sustainable Business) Frontier. **Journal of Management Education**, v. 33, n. 3, p. 391–401, 3 dez. 2008.

UNDP. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: [s.n.].

UNESCO. **Decenio de las Naciones Unidas de la Educación para el Desarrollo Sostenible (2005-2014): plan de aplicación internacional**. Paris: [s.n.].

VALENTE, M. Theorizing Firm Adoption of Sustaincentrism. **Organization Studies**, v. 33, n. 4, p. 563–591, 1 abr. 2012.

VENDRAMINI, P.; ALMEIDA, L. DE S. B. (EDS.). **Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas**. Florianópolis-SC: Usdec, 2017.

WALCK, C. Integrating Sustainability Into Management Education: A Dean’s Perspective. **Journal of Management Education**, v. 33, n. 3, p. 384–390, 30 abr. 2009.